

Levantamento do marco teórico e legal da Educação Básica

1. Marcos Lógicos

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	Preâmbulo da Declaração apresenta o Ensino e Educação como forma de promoção dos Direitos Humanos
Convenção sobre os Direitos da Criança		Art. 18 – Aos estados e aos pais, cabem responsabilidades para educação das crianças
Convenção Internacional relativa à luta contra a Discriminação no Campo do Ensino	1960	Propõe a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos do homem e oportunidades igual de educação.
Recomendações relativas à Condição Docente	1966	Reconhecendo o papel fundamental dos docentes no processo educativo, a importância de sua contribuição no desenvolvimento da personalidade humana e da sociedade moderna; Busca assegurar aos docentes uma condição compatível com esse papel;
Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Declaração de Jomtien.	1990	Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.
Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos	1993	Declaração produzida durante encontro dos nove países mais populosos do mundo (incluindo Brasil) que reiteram o compromisso de buscar as metas definidas pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos e pela Cúpula Mundial da Criança (1990) visando tornar a educação básica universal.
Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos	1997	Princípios norteadores da Educação de Adultos para cidadania e participação social.
Plano de Ação da Declaração de Santiago	1998	Constitui um conjunto de iniciativas concretas destinadas a promover o pleno desenvolvimento dos países do Hemisfério e a assegurar o acesso e a melhorar a qualidade da educação, a promover e a fortalecer a democracia e o respeito aos direitos humanos, a aprofundar a integração econômica e o livre comércio, e a erradicar a pobreza e a

		discriminação.
Compromisso de Educação para Todos - Dacar	2000	Documento de compromissos assumidos pelos países membros da UNESCO para alcançar metas e objetivos de Educação Para Todos
Declaração de Cochabamba - Educação para Todos	2001	Declaração aprovada durante a VII Sessão do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para a Educação(PROMEDLAC VII), compromissos dos países da América Latina e Caribe

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
Plano Nacional de Educação	2001	Documento referência, que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros.
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ UNESCO	2006	Resultado do trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituído pela Portaria 66 de 12 de maio de 2003, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, que reúne especialistas da área.
Política Nacional de Educação Infantil	2006	Preconiza construção coletiva de Política de Educação Infantil.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Constituição Federal	-	05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Constituição de República Federativa do Brasil, Art. 227
Lei	8.069	13/07/90	PR	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei	9.394	20/12/96	PR	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Resolução	01	18/02/02	CNE/CP	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
Lei	10.172	09/01/01	PR	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.